

A DISCIPLINA DE HISTÓRIA: ALUNOS DO SÉCULO XXI E O PARADIGMA DE ENSINAR

Ubiratã Ferreira Freitas*
historiaubirata@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo foi desenvolvido para questionar em debate, a relação entre as aulas de História e os alunos do Ensino Médio do século XXI. Tal esboço reflete algumas possíveis causas do desinteresse pela disciplina de História, tornando-a secundária para o desenvolvimento dos alunos. O trabalho foi redigido em três momentos: em primeiro foi pensado encontrar as origens do desinteresse com base no sentido de escola que os pais transmitem para seus filhos; em segundo, visa ampliar a discussão, voltado para um currículo escolar mais atualizado e valorizando a História como disciplina importante para os alunos; e em terceiro, questionar as ações de valorização dos alunos afrodescendentes, partindo da implementação, das leis que dizem que todas as escolas devem ampliar seu currículo de conteúdos e valorizar a cultura africana no Brasil.

Palavras-chave: Alunos; História, Currículo de conteúdo; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This article was prepared for debate in question, the relationship between the discipline of history and high school students of the XXI century. This draft reflects some possible causes of the lack of interest in the discipline of history, making it secondary to the development of students. The work was written in three stages: first thought was to find the origins of disinterest based on sense of school that parents transmit to their children; second, aims to broaden the discussion, facing an updated curriculum and valuing history as important for students to discipline; and thirdly, to question the actions of recovery of African descent students, starting the implementation of laws that say all schools should broaden its curriculum content and appreciate African culture in Brazil.

Keywords: Students; History; Curriculum content; Public Policy.

* Mestre em História, doutorando em História, PPGH – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Orientação Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos. Artigo apresentado no *I Seminário Internacional de Educação, III Seminário Nacional de Educação e do I Seminário do Programa Intitucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID. FACCAT, 16, 17 e 18 de Junho/Taquara-RS, 2016.*

Pensando no desenvolvimento da educação brasileira e na construção do conhecimento científico, para o incremento evolutivo dos atores sociais e visando ampliar uma gama de discussões a respeito da relação professor-aluno, este trabalho centra-se na discussão entre a disciplina de História e suas especificidades aplicadas no decurso do Ensino Médio.

Ensinar História para a sociedade atual torna-se um desafio para os profissionais que atuam, não só no Ensino Médio, mas em todos os níveis da educação brasileira, pois a sociedade que se apresenta no século XXI está voltada para um conhecimento de informações imediatistas e globalizada, sem uma resposta efetiva da compreensão dos conteúdos que transitam em todos os meios de comunicação.

Uma das questões relevantes sobre o desenvolvimento da disciplina de História no Ensino Médio é perceber que os elementos que constituem a sociedade brasileira em sua base, se modificaram, fragmentaram-se, ou seja, essa percepção centra-se na perda da referência social familiar, cujos elementos culturais da História Oral, que deveriam ser repassados pelos mais velhos, estão interferindo e refletindo-se na perda do conhecimento empírico histórico oral, que deveriam ser recebidos pelos alunos, com isso a história familiar vai perdendo sua essência e sentido, e os jovens vão deixando escapar os valores históricos e memórias familiares, não dando importância para a sua história e para o aprendizado da História.

As dificuldades da prática em sua totalidade e o desinteresse dos educandos fazem dos conteúdos de História uma disciplina secundária em sua formação educacional. Com isso, pensar uma saída emergente seria, talvez, a formação de um novo currículo de História para o Ensino Médio, em vista que o atual está defasado para os alunos do século XXI.

Analisando o público que se encontra em sala de aula, é possível verificar a presença do capitalismo de consumo, o que não condiz com as necessidades básicas e sociais de muitos alunos, e isso não dá necessidade e sentido de entender seu passado, a história de seus familiares e a sua própria história, assim não faz sentido entender a História da humanidade, não sendo prioridade para os mesmos. Com isso se caracterizando um mau desempenho e desenvolvimento na área das Ciências Humanas, refletindo diretamente essa realidade em seu cotidiano, a falta de valores éticos, morais, respeito e relações humanas com seus colegas.

Segundo Guimarães Neto:

Se ele é oriundo de camadas populares, os desafios que enfrenta são considerados maiores. Para esse estudante, a escola não se apresenta necessariamente como principal instituição que o vincula à sociedade. Abandonar ou deixar em segundo plano a escola para trabalhar passa a ser

uma saída para a sobrevivência de sua família e até mesmo de sua vida, na medida em que, pelo trabalho, consegue “recursos para o lazer, namoro e o consumo”, reafirmando sua condição juvenil. (GUIMARÃES NETO, 2012, p. 126).

O aluno atual não possui ligação com a instituição escolar, não lhe foi passado valores que atribuam o conhecimento científico em sua realidade cotidiana, faltando para esse aluno a fundamentação que vislumbre a sua permanência dentro da escola. Com base nisso, a importância que é dada pelos pais à escola também reflete diretamente nos filhos, esses, chegam dentro das salas de aula obrigados pela lei e fiscalizados pelos Conselhos Tutelares, com isso, o desinteresse torna-se inevitável e visível, possibilitando uma grande chance de evasão na primeira oportunidade que o aluno encontrar.

Nesse sentido, ensinar História torna-se inviável, pois não preenche as necessidades dos alunos, mesmo tentando referenciar o seu cotidiano em relação aos fatos históricos, o desinteresse se apresenta naturalmente. No entanto, acreditamos que não seja a História a única disciplina rejeitada dentro do processo de ensino-aprendizagem.

A formação social e seus valores estão descompassados com a realidade, a linguagem empregada pelos alunos em todos os níveis se desenvolve em um declínio estarrecedor, o senso comum se tornou mais comum, com isso, as dificuldades de uma possível reviravolta em busca de uma reestruturação do ensino e seus signos educacionais, para muitos, não é viável, pois facilita assim a manobra e a alienação social.

Segundo Schopenhauer:

Quando observamos a quantidade e a variedade dos estabelecimentos de ensino e de aprendizagem, assim como grande número de alunos e professores, é possível acreditar que a espécie humana dá muita importância à instrução e à verdade. Entretanto, nesse caso, as aparências também enganam. (SCHOPENHAUEER, 2008, p. 19).

A quantidade de escolas, alunos e professores não quer dizer qualidade. Se analisarmos quais “tipos” de alunos estamos formando, podemos chegar a um consenso de que, em sua maioria, não correspondemos e nem formamos alunos com base nos Planos Políticos Pedagógicos das escolas públicas. Com isso, ensinar História e as disciplinas que fazem parte das Ciências Humanas, torna-se um desafio para os professores. Nossos alunos não conseguem se visualizar como agentes históricos, pois não se interessam em saber sobre um tempo passado, que era um presente, e que muitas conquistas que hoje desfrutam foi, em muitos casos, frutos de movimentos sociais que se originaram em manifestações em prol de

um reconhecimento de valorização, que viabilizasse condições de vida para a sociedade em tempos futuros.

Essa percepção torna-se muito difícil para os alunos, pois eles não possuem “sentidos de valores”, ou seja, valores de base familiar, valores de base social - somente valores de grupos para se sentirem inseridos, com isso, o Capitalismo é um dos fortes concorrentes que permeiam entre a educação e o consumo. Em muitos casos, o que interessa é obter um bem de consumo e fazer parte de um determinado grupo, assim às referências vão se esvaído e o reconhecimento histórico vai se perdendo em sentidos sem sentidos.

Carlos Rodrigues Brandão (2007) enfatiza o conhecimento dos aldeãos, não existindo uma escola como instituição, mas uma educação como base primária de sobrevivência, com isso, os ensinamentos vão perpassando pela História Oral, pela experiência, pelos valores atribuídos aos conhecimentos tribais, pelas hierarquias e pela manutenção de todos. São esses desenvolvimentos tribais que parece que perdemos com nossos alunos na atualidade, a sociedade mudou de tal maneira que as crenças antigas parecem que perderam o lugar para “coisas fúteis e sem nexos”, assim, o desinteresse sobre as origens da vida, das famílias, dos valores morais e éticos, não têm mais importância em uma realidade de consumo e de prazeres onde nossos alunos estão inseridos.

Dentro dessa ótica, pensar a educação em valores passados pode ser um engano, já que nossos alunos dão valores a coisas que, em muitos casos, não fazem sentido para os professores, mas não podemos esquecer que as mudanças aconteceram e, Segundo Brandão: “A educação existe no imaginário das pessoas e na ideologia dos grupos sociais e, ali, sempre se espera, de dentro, ou sempre se diz para fora, que sua missão é transformar sujeitos e mundos em alguma coisa melhor, de acordo com imagens que se tem de uns e de outros” (BRANDÃO, 2007, p. 12).

É nesse sentido que pensamos que as mudanças de comportamentos e valores não condizem com os valores empregados por nós professores de História. Enquanto não houver uma postura mais efetiva, um reconhecimento que nosso currículo está defasado e sem “importância” para nossos alunos, as dificuldades do ensino de História vão permear, ainda, por longos períodos. Fazer-se entender a partir de representações do passado é vislumbrar uma educação de qualidade com bases efetivas no conhecimento científico, mas para isso, necessitamos de políticas públicas voltadas a uma reformulação em sua totalidade da educação.

As representações do passado para o desenvolvimento social

Segundo Conceição Cabrini:

A história estuda as ações dos homens, procurando explicar as relações entre seus diferentes grupos. Essas relações estão em permanente movimento, são essencialmente dinâmicas e contraditórias. Produzir história, para nós, é procurar captar, recuperar essas relações que se estabelecem entre os grupos humanos no desenvolvimento de suas atividades, nos mais diferentes tempos e espaços. Em decorrência disso, necessitamos de um tipo de procedimento adequado aos fenômenos históricos que estão sempre em movimento e que evidenciam manifestações contraditórias. (CABRINI, 1987, p. 33).

Perceber esses movimentos históricos é dever dos historiadores, mas para isso, também há necessidade de “ampliar horizontes”, ou seja, cada professor deve buscar qualificar-se para perceber que o mundo não é estático, e que se movimenta rápido, se desconstrói e se reconstrói com paradigmas que devem provocar um entendimento mais elaborado para dar conta das modificações e relações sociais que vão se destruir e reconstruir, para isso a mudança curricular deve acontecer, não podemos permanecer com conteúdos curriculares e modelos ultrapassados para querer que nossos alunos gostem de História, Filosofia, Sociologia ou Geografia.

Como foi dito acima por Conceição Cabrini, os procedimentos devem contemplar o movimento histórico. Não temos dentro, da área das Ciências Humanas, uma pedagogia que favoreça a melhora de nossas aulas; há a necessidade de inventar estratégias e dar conta de práticas educacionais relacionadas à disciplina para tentar trazer o aluno em uma realidade que ele se sente desconfortável, que não o atrai, que ele não se importa.

Segundo Maria Auxiliadora Schmidt:

Provocar a ruptura com o ensino tradicional de História é um desejo expresso pela maioria dos professores de História que, com suas experiências individuais ou coletivas nas salas de aula, vêm realizando contribuições nesse sentido. Além disso, trata-se também de um objetivo proposto em sucessivos debates, discussões e propostas curriculares, bem como em publicações e encontros nacionais e internacionais. (SCHMIDT, 2001, p. 216).

Acreditamos que seja essa “ruptura curricular” que necessitamos para que os alunos percebam o prazer de estudar a disciplina de História. Embora alguns professores busquem diversificar suas aulas, a grande maioria repete o que está nos livros didáticos, à cópia de

tantas páginas, as perguntas tradicionais, as correções das perguntas, e o fazer a prova. Essa reprodução do conteúdo programático é sentido dentro da sala de aula, quando alunos que entram no Ensino Médio se deparam com o texto, com leituras, com trabalhos de apresentação sem poder ler em tirinhas de papel. As dificuldades de entender os movimentos históricos, a inibição por falta de conhecimento e o não entendimento do significado do movimento histórico refletem no chavão: “não gosto de História, é muito chata essas aulas”.

Tudo isso faz da disciplina de História uma disciplina “secundária”, sem uma efetiva valorização, sem um significado para os alunos. Não estou aqui dizendo que a História não tem importância, mas que devemos dar um olhar mais atento “ao movimento histórico contemporâneo”, a sociedade e seus desdobramentos de desenvolvimento mudaram os valores morais e éticos, com isso, nossos alunos nasceram em outro momento, onde os elementos de fundamentação social não estão bem definidos.

Podemos relacionar o professor de História com um artesão, mais específico, um oleiro, que busca na argila a plasticidade para fazer a sua obra cerâmica, as mãos que sente o barro são as mesmas que depois a pintam, decora e se enche de orgulho da peça acabada. Na educação não é diferente, o mesmo sentimento de trazer um entendimento específico, que movimenta os significados de povos, indivíduos e costumes estão interligados na composição social, essa deve ser moldada e pensada como agentes históricos de determinados tempos e períodos que se distinguem entre o fazer e o reconhecer-se dentro de seus grupos.

Segundo Carlos Brandão:

A argila que resiste às mãos do oleiro, mas que se deixa conduzir por elas a se transformar na obra feita: o adulto educado. Quando o educador pensa educação, ele acredita que, entre homens, ela é o que da forma e o polimento. Mas ao fazer isso, na prática, tanto pode ser a mão do artista que guia e ajuda o barro a ser transformado, quanto a fôrma que iguala e deforma. (BRANDÃO, 2007, p. 25).

Essa passagem reflete bem quem são o “barro” e a “obra acabada”, e é nesse sentido que temos tentado buscar entendimentos lógicos para redefinir o que é uma aula de História. Aos professores que se dedicam ao ensino do passado e tentam dar um sentido desse passado aos que inventam aulas expositivas para chamar a atenção dos alunos, estão todos em uma caminhada árdua e, com pouca perspectiva de atingir seu ideal, já que somos reféns de um currículo ultrapassado, que atrelado a outros cursos, necessitam desse conteúdo, assim, torna-se um pouco difícil atingir outro patamar de objetos de estudos para satisfazer a população de alunos e atraí-los para o prazer das aulas de História, dando sentido com conteúdos agradáveis

que supram suas necessidades cotidianas e que ampliem seu conhecimento científico, fundamentado em sua realidade.

Os alunos negros: reconhecimento ou mais um de sua História

Neste trabalho foram ditas as supostas ou possíveis causas do desinteresse dos alunos pela disciplina de História, buscando legitimar as determinações e desencontros no que diz respeito ao conhecimento histórico do Brasil, do Estado, do regional e do cotidiano dos sujeitos que fazem parte de uma sociedade composta, em sua maioria, de senso comum. Dentro de tais questões, vislumbro uma possibilidade de tentar elucidar tais referências que foram escritas sobre as dificuldades na educação e na formação do conhecimento científico, onde a representação, a cultura e a história fazem parte importante da concepção e formação social de cada lugar, de cada indivíduo.

Dentro desse contexto de “alunos em sua totalidade”, se encontram os alunos negros que, em sua maioria, não terminam o Ensino Fundamental e, muito menos, o Ensino Médio por diversos fatores, inclusive a descrença na educação. A luta pela igualdade racial e pelos direitos sociais dos afrodescendentes, já começa em um desacordo na tentativa de ser reparado. Segundo a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, “que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências”. Não dando conta das necessidades urgentes de tais aplicações, e não aplicando dentro das escolas.

Outra lei, a 10.639/2003, complementa a lei 9.394/96, que amplia e legitima que todas as escolas brasileiras deveriam incrementar no currículo escolar as questões da cultura africana, segundo o "Art. 26-A". “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”.

Essa questão curricular torna-se, novamente, um item em pauta, pois em sua maioria, as escolas não contemplam o ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira, e em muitos casos, o dia 20 de novembro não é considerado por algumas escolas. Então, como valorizar a disciplina de História e fazer com que os alunos negros e brancos se vejam como cidadãos, se a própria lei que determina um currículo voltado à preservação cultural de afrodescendentes não é cumprida?

Segundo o inciso § 1º e 2º da Lei 9.394/96 e complementado pela lei 10.639/2003:

O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. [...] Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (SILVA, 2007, p. 41).

A partir da data de 20 de dezembro de 1996, foi estabelecido que dever-se-ia formar um currículo que desse conta das questões afrodescendentes dentro do Brasil. Essa lei veio reparar e trazer a possibilidade de enfatizar um outro olhar sobre a História do Brasil e as mazelas da escravidão, visando valorizar a descendência da “história dos desfavorecidos”, no caso, os africanos escravizados em terras brasileiras.

Mas, na prática, quase nunca foi implementado tal currículo. Por que isso não foi efetivado dentro das escolas? Quais empecilhos que denotam a não aplicação de um currículo que valorize os alunos negros afrodescendentes nas escolas públicas, já que existe uma lei desde 1996? Essas questões são relevantes para se entender que, para muitos educadores, professores, historiadores, as questões da africanidade não têm importância para a disciplina de História, e assim, não é valorizado um currículo com temáticas que dizem respeito à história do homem negro no Brasil.

Por séculos, a História Oral é a transmissora de conhecimentos, costumes, crenças, experiências e tudo que diz respeito à vida do homem. Com base nesses entendimentos, a História – se podemos dizer – é a fiscalizadora do desenvolvimento e conhecimento humano, com isso, eleva-a a uma disciplina de suma importância para se compreender como tudo se constitui, como se arquitetou e como tais reflexos de atitudes desenvolveram sociedades complexas e singelas, mas todas com conhecimento em alguma coisa, com valores e costumes que deram a fundamentação para a vida cotidiana.

Segundo Edimilson Pereira:

Ao tratar das populações afro-brasileiras, um modo expressivo de relatar as contingências históricas do tráfico, da readaptação dos africanos ao Brasil e da formulação de uma nova identidade no continente americano se desenhou através da oralidade. [...] os dados fornecidos pela oralidade e pelos registros documentais não podem ser vistos apenas como contrapontos da chamada história oficial, pois a compreensão de seus esquemas revela as tensões que levam os grupos a construir diferentes sentidos para os feitos históricos. (PEREIRA, 2007, p. 81)

A necessidade da História como norteadora do movimento social é fundamental para o desenvolvimento das pessoas, pois elas são os agentes históricos, os sujeitos que fazem a história acontecer, mas em casos como o não cumprimento das leis citadas acima, onde a valorização dos afrodescendentes deveria ser ampliada para que tivessem a sua história contada e apreendida por todos.

A falta dessa referência histórica nos leva a mesmice, ao anacronismo da informação distorcida sobre si própria, ou seja, para os alunos negros, os valores que devem ser absorvidos são os valores e costumes da sociedade acidental, no caso, a cultura branca, e isso são elementos fáceis de perceber, são detectáveis pelos cortes de cabelos e descoloração, pelas roupas, atitudes e classificações que perpassam por várias gerações. Assim podemos destacar o que: “A imposição de uma ‘história’ baseada na voz de um grupo privilegiado constitui um ato de violência, que reduz a lógica do diálogo, embora não seja possível dizer que interrompa de forma absoluta a geração dos discursos marginalizados”. (PEREIRA, 2007).

A busca de um reconhecimento institucionalizado é o que todo o povo quer, para isso, a escola deve dar conta desse empreendimento, assim valorizar as atividades cotidianas de cada aluno e, com isso, ampliar a gama de conhecimento individual, viabiliza seu desenvolvimento e o instrumentaliza para reconhecer os valores de cada sociedade, de cada região, de cada grupo e, com isso, valorizar a sua história como agente construtivo da História.

Segundo Edimilson Pereira:

Reconhecer as tensões existentes entre a ‘escola do governo ‘ e a ‘escola da vida’ implica uma etapa de um empreendimento mais amplo, que deve pensar a escola como decorrência da vida, portanto, como lugar de atitude que superam as circunstâncias da cena política para entender às expectativas maiores da sociedade organizada. A escola da vida é a escola das pessoas interessadas na formulação de propostas humanistas que impeçam os governos de tomar medidas contrárias à justiça social. Nesse sentido, é interessante uma aproximação aos procedimentos adotados pelos vários agentes que participam dos processos de ensino-aprendizagem em diferentes contextos (PEREIRA, 2007, p. 83).

Para concluir, é importante percebermos como a necessidade de um novo currículo é vital para o desenvolvimento dos nossos alunos, a disciplina de História somente tornará ser vista com outros olhos pelos nossos estudantes, quando for possível perceber que o tempo passado é um “instrumento de revisão” de um cotidiano presente, ou seja, um tempo presente que foi estabelecido com desenvolvimento em prol de um futuro que em muitas vezes, não foi planejado e sim moldado de acordo com as necessidades de cada época.

Esse reconhecimento das “tensões” visa ampliar um novo olhar sobre as classes desfavorecidas, sobre os rejeitados sociais, dando a oportunidade de um reconhecimento de sua história, de suas origens e que possa ser reconhecido, não somente pelos agentes dispostos e expostos em um quadro social, mas por toda uma sociedade que exclui, determina e conta uma história somente por um ângulo, não dando a chance de uma nova abordagem sobre determinados objetos.

Somente através da disciplina de História podemos rever os fatos de valores morais, éticos e sociais, de acordo com as realidades de seus agentes históricos, assim, a importância e ao mesmo tempo a descrença na disciplina, faz ressurgir um novo tempo histórico, uma nova perspectiva, um novo paradigma a ser enfrentado pelos professores, que é viabilizar aos alunos um novo olhar sobre os “fatos históricos contemporâneos” e valorizar cada movimento sem sua totalidade em torno do grande eixo que se chama sociedade.

Referências

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- CABRINI, Conceição; CIAMPI, Helenice; VIEIRA, M. Pilar; etal. **O ensino de História**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- GUIMARÃES NETO, Euclides. **Educar para a Sociologia: contribuições para formação do cidadão**. Belo Horizonte: Editora RHJ, 2012.
- PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Malungos na Escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação**. São Paulo: paulinas, 2007.
- SCHOPENHAUEER, Arthur. **A Arte de Escrever**. Porto Alegre: LP&M, 2008.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Construindo a relação conteúdo método no ensino de História no Ensino Médio**. In: KUENZER, Acacia Zeneida. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- SILVAS, Mauricio Pedro da. **Novas Diretrizes Curriculares para o estudo da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana: A Lei 10.639/03**. EccoS – Revista Científica, São Paulo, v. 9, n. 1, p.39-52, jan./jun. 2007.